



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PETIÇÃO Nº 14011 - RJ (2021/0010342-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
REQUERENTE : BANCO MÁXIMA S/A
REQUERENTE : DANIEL BUENO VORCARO
ADVOGADOS : GUSTAVO MARINHO DE CARVALHO - SP246900
DIANA CAROLINA BISEO HENRIQUES - SP387770
REQUERIDO : COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS

DECISÃO

Cuida-se de petição formulada por BANCO MÁXIMA S/A e DANIEL BUENO VORCARO, com pedido de liminar, por meio da qual busca a suspensão dos "efeitos de ato coator ocultado (Termo de Acusação) e a tramitação do Processo Administrativo CVM nº 19957.007976/2020-94 até o desfecho da ação mandamental proposta na Justiça Federal do Rio de Janeiro" (fl. 4).

Argumenta que, "em virtude da urgência do caso, relacionado à credibilidade do Banco Máxima no volátil mercado financeiro, não poderiam os autores aguardar o julgamento definitivo do agravo de instrumento outrora interposto e que tramita perante o E. Tribunal Regional Federal da 2ª Região" (5) e, por isso, propõe a presente "ação cautelar inominada" (fl. 5).

Alega que o "ato coator (Termo de Acusação) é manifestamente inválido porque violou o art. 8.2.b, da Convenção Americana de Direitos Humanos; os artigos 5º, LIV e LV e 37, *caput*, ambos da Constituição Federal; os artigos 2º, *caput* e inciso X, 3º, III, e 20, todos da Lei n. 9.784/99; os artigos 5º e 7º da ICVM nº 607/2019" (fls. 31-32).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na hipótese dos autos, o órgão judicante competente para decidir acerca de qualquer recurso a ser interposto contra a decisão proferida nos autos de agravo de instrumento que tramita no TRF da 2ª Região não é o Superior Tribunal de Justiça, já que não se tem notícia de interposição de recurso especial na origem e muito menos que tramite nesta Corte.

Também não compete a esta Corte, por meio da presente petição, analisar e suspender a eficácia de apontado como coator, que tenha sido cometido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em processo administrativo.

Ante o exposto, indefiro liminarmente a petição.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência